

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2021

Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, a Administração da Santa Casa de Misericórdia e Asilo dos Pobres de Batatais esclarece em seu Relatório de Gestão da Administração:

POLÍTICA DE DESTINAÇÃO DOS SUPERÁVITS:

Conforme o disposto do Artigo 20º, capítulo V, do Estatuto da Entidade que versa sobre rendimentos e aplicações dos recursos, o resultado financeiro quando apurado (superávit), é apresentado no Demonstrativo de Resultado Financeiro e aplicado integralmente conforme estabelece as disposições legais e estatutárias, ou seja, na manutenção da assistência médico-hospitalar da Entidade, no desenvolvimento dos programas de assistência e nas melhorias dos serviços de interesse da Instituição. Porém no Exercício de 2021, a Entidade apurou déficit no valor de R\$ 1.065.326,82.

DOS NEGÓCIOS E PRINCIPAIS FATOS INTERNOS E EXTERNOS DA ENTIDADE COM INFLUÊNCIA NA PERFORMANCE E RESULTADO DO EXERCÍCIO DA ENTIDADE:

A Santa Casa de Misericórdia de Batatais tem como atividade preponderante a prestação de serviços em assistência médico-hospitalar, de diagnósticos e tratamentos complementares, destinadas ao atendimento da população geral local e regional através do SUS, demais categorias de convênios, pacientes particulares e de usuários de seu Plano de Saúde.

No exercício de 2021, a Entidade apurou os seguintes resultados operacionais da produção quantitativa, financeira e econômica:

Da totalidade (100%), quantitativamente, dos atendimentos realizados pela Entidade em 2021, **80,23 % da assistência de internações hospitalares foram à usuários do SUS** e 19,77% aos demais convênios e particulares; **na assistência ambulatorial: do total de sessões de hemodiálise realizadas, 95,23 % ocorreram aos usuários do SUS** e 4,77% aos demais convênios; **os exames de apoio diagnósticos (SADTs) 89,81% foram a pacientes do SUS** e 10,19% aos demais convênios e particulares; **da assistência de pronto atendimento e consultas, 6,87% foram à usuários do SUS** e 93,13% as demais convênios e particulares; **e das consultas de especialidades (ortopedia, gastro, nefrologia, obstetrícia, oncologia, urologia, ofatamologia, etc) 91,68% foram aos usuários do SUS** e 8,32% aos demais convênios e particulares.

Em contrapartida, as receitas financeiras totais correspondente **aos quantitativos de atendimentos ao SUS representaram apenas 43,00%**, demonstrando a insuficiência de recursos (financiamento) para cobrir os reais gastos e custos dos atendimentos pelo SUS.

PERSPECTIVAS E PLANOS DA ADMINISTRAÇÃO PARA OS EXERCÍCIOS FUTUROS:

- Reavaliação e revisão das metas anuais do Planejamento Estratégico e o estabelecimento de novos cronogramas para cumprimento de metas não cumpridas, resultantes de fatores externos;
- Revisões contínuas dos processos de trabalho e serviços dos setores e unidades da Entidade;
- Manutenção contínua em 2022 das necessidades de adequações e reformas nas ambiências internas e externas do hospital para o atendimento de novas Portarias e Normas de Saúde Pública;

- Término da ampliação da Unidade de Terapia Intensiva, aumentando a capacidade de instalação dos leitos de 8 para 20 leitos ao atendimento da demanda regional, o que não foi possível realizar no decorrer de 2018, 2019, 2020 e 2021, por falta de recursos financeiros;
- Continuidade na execução da construção do corredor que liga a estrutura hospitalar à Unidade de Cuidados Prolongados nos padrões de edificação da etapa já realizada;
- Dar continuidade na execução do Projeto que visa as substituições de mobiliários dos quartos, (camas simples por fawler, colchões, mesas de cabeceiras, suportes de soro, cadeiras de acompanhantes de nylon por poltronas adequadas com recursos de inclinação do encosto e apoio para descanso das pernas, bem como a climatização das ambiências e instalações de aparelhos de TV), visando melhorar o conforto e humanizar as ambiências de assistência aos pacientes e acompanhantes, projeto iniciado em 2012 e que até 2018 alcançou 70% da meta, e que vem sendo realizado em etapas anualmente.

DESCRIÇÃO DOS PRINCIPAIS INVESTIMENTOS REALIZADOS, OBJETIVO E ORIGENS DOS RECURSOS ALOCADOS:

Via Ministério da Saúde:

- **Através da Proposta de Convênio FNS nº 36000.368887/2021-00, foi repassado pelo Fundo Municipal de Saúde à Santa Casa de Batatais no final exercício de 2021, recurso financeiro no valor de R\$ 300.000,00 para Custeio, na aquisição de Medicamentos, Materiais de Consumo e Pagamento Energia Elétrica necessários ao custeio do desenvolvimento de ações e serviços relativos à Assistência de Média e Alta Complexidade, cujo recurso advindo da Proposta FNS nº 36000.368887/2021-00, para Incremento Temporário Teto Média e Alta Complexidade (MAC,) cadastrada no site Fundo Nacional de Saúde (Portal FNS) pelo próprio Fundo Municipal de Saúde para o CNES da Entidade, referente indicação de Emenda Parlamentar do Deputado Federal Baleia Rossi, conforme Portaria Nº 1.464 de 30/06/2021 publicada no D.O.U. em 01/07/2021, que habilitou o Fundo Municipal de Saúde à recebê-lo e a repassá-lo à Santa Casa Batatais.**
- **Através da Proposta de Convênio nº 36000.399676/2021-00, foi recebido pelo Fundo Municipal de Saúde o valor de R\$ 500.000,00 para Custeio, para repasse à Santa Casa de Batatais, para utilização em Pagamento de Pessoal, recurso necessário ao custeio do desenvolvimento de ações e serviços relativos à Assistência de Média e Alta Complexidade, cujo foi repassado pelo Fundo Municipal de Saúde à Santa Casa de Batatais em Fevereiro de 2022, através do Termo Aditivo nº 001/2022, recurso este advindo da Proposta FNS nº 36000.399676/2021-00, cadastrada no site Fundo Nacional de Saúde (Portal FNS) pelo próprio Fundo Municipal de Saúde para o CNES da Entidade, referente indicação de Emenda Parlamentar no valor de R\$ 300.000,00 do Deputado Federal Marcos Pereira e indicação de Emenda Parlamentar no valor de R\$ 200.000,00 do Deputado Federal Vanderlei Macris ambas indicações através de Relator Geral, para Incremento Temporário do Teto de Média e Alta Complexidade (MAC), conforme Portaria nº 2.889 de 26/10/2021 publicada no D.O.U. em 27/10/2021, que habilitou o Fundo Municipal de Saúde à recebê-lo e a repassá-lo à Santa Casa Batatais.**
- **Através da Proposta de Convênio nº 36000.404253/2021-00, foi recebido pelo Fundo Municipal de Saúde o valor de R\$ 500.000,00 para Custeio, para repasse à Santa Casa de Batatais, para utilização em Pagamento de Pessoal, recurso necessário ao custeio do desenvolvimento de ações e serviços relativos à Assistência de Média e Alta**

Complexidade, cujo foi repassado pelo Fundo Municipal de Saúde à Santa Casa de Batatais em Fevereiro de 2022, através do Termo Aditivo nº 002/2022, recurso este advindo da Proposta FNS nº 36000.404253/2021-00, cadastrada no site Fundo Nacional de Saúde (Portal FNS) pelo próprio Fundo Municipal de Saúde para o CNES da Entidade, referente indicação de Emenda Parlamentar no valor de R\$ 500.000,00 do Deputado Federal Marcos Pereira através de Relator Geral, para Incremento Temporário do Teto de Média e Alta Complexidade (MAC), conforme Portaria nº 2.889 de 26/10/2021 publicada no D.O.U. em 27/10/2021, que habilitou o Fundo Municipal de Saúde à recebê-lo e a repassá-lo à Santa Casa Batatais.

Via Recursos Próprios:

- Através de recursos próprios da Instituição e de doações recebidas através de Campanhas na sociedade, inclusive, promovidas pela ACE - Associação Comercial e Empresarial de Batatais, foram adquiridos equipamentos de apoio hospitalar geral (diversos), totalizando um montante financeiro de R\$ 378.757,04, à saber: Celulares, Microcomputadores, Monitores para computador, Televisão, Conjuntos Umidificadores com sensor de adaptador, Aparelhos Ar Condicionado, Bombas para Infusão de Medicamentos, Ventiladores Pulmonares (Respiradores), Carro de Emergência, Poltronas, Monitores Multiparâmetros, Refrigerador, Secador de Ar para Compressor Ar Comprimido, Bebedouro, Impressora, Prateleiras e Ventilador Evaporizador, etc.

Via Recursos Próprios, Recursos Municipais e Doações de Terceiros:

- Investimentos realizados em 2021 com Reformas, Construções, Adequações e Melhorias das instalações físicas, com recursos próprios, públicos e de doações de terceiros, visando humanizar a assistência aos pacientes e qualificar as ambiências do hospital:

DESCRIÇÃO OBRAS	SALDO EM 31/12/2020	RECURSOS APLICADOS EM 2021			TOTAL	TOTAL GERAL
		RECURSOS PRÓPRIOS	MUNICÍPIO BATATAIS	DOAÇÕES TERCEIROS	APLICADO EM 2021	
OBRA SALÕES MULTIUSO (PAVIMENTO INFERIOR E SUPERIOR) (Concluída em 2021)	R\$ 350.207,11	R\$ 27.626,37	R\$ -	R\$ 20.243,03	R\$ 47.869,40	R\$ 398.076,51
OBRA AMPLIAÇÃO UTI (20 LEITOS) (Em andamento)	R\$ 256.666,09	R\$ 178.576,41	R\$ 168.440,34	R\$ -	R\$ 347.016,75	R\$ 603.682,84

SUBVENÇÕES/CONVÊNIOS RECEBIDOS E ASSINADOS ATRAVÉS DA SECRETARIA ESTADUAL DE SAÚDE DO ESTADO DE SÃO PAULO PARA CUSTEIO, VISANDO AQUISIÇÕES DE MATERIAIS DE CONSUMO, GÊNEROS ALIMENTÍCIOS, MEDICAMENTOS E CUSTEIO DE ENERGIA ELÉTRICA:

- Através do Convênio nº 149/2021 / Processo nº.SES-PRC-2021-00158-DM celebrado com a Secretaria de Estado da Saúde em 10/09/2021, publicado no D.O.E. em 11/09/2021, através do Sistema SP SEM PAPEL, cuja liberação total do recurso de R\$ 100.000,00 ocorreu em 20/09/2021, para CUSTEIO na Aquisição de Materiais de Consumo, Medicamentos e Pagamento de parte da Conta de Energia Elétrica, conforme Plano de Trabalho aprovado do referido Convênio. Dessa forma, no exercício de 2021,

foi utilizado o valor de R\$ 49.428,00, ficando o saldo restante do recurso para ser utilizado no exercício de 2022. Esse Convênio é fruto da Indicação de Emenda Parlamentar nº 2021.059.20907 do Deputado Estadual Major Mecca.

- Através do Convênio nº 178/2021 / Processo nº.SES-PRC-2021-00189-DM celebrado com a Secretaria de Estado da Saúde em 22/09/2021, publicado no D.O.E. em 24/09/2021, através do Sistema SP SEM PAPEL, cuja liberação total do recurso de R\$ 150.000,00 ocorreu em 27/09/2021, para CUSTEIO na Aquisição de Materiais de Consumo, Medicamentos e Pagamento de parte da Conta de Energia Elétrica, conforme Plano de Trabalho aprovado do referido Convênio. Dessa forma, no exercício de 2021, foi utilizado o valor de R\$ 92.952,00, ficando o saldo restante do recurso para ser utilizado no exercício de 2022. Esse Convênio é fruto da Indicação de Emenda Parlamentar nº 2021.080.21217 do Deputado Estadual Roberto Engler.
- Através do Convênio nº 277/2021 / Processo nº.SES-PRC-2021-00313-DM celebrado com a Secretaria de Estado da Saúde em 23/11/2021, publicado no D.O.E. em 24/11/2021, através do Sistema SP SEM PAPEL, cuja liberação total do recurso de R\$ 100.000,00 ocorreu em 29/11/2021, para CUSTEIO na Aquisição de Medicamentos e Pagamento de parte da Conta de Energia Elétrica, conforme Plano de Trabalho aprovado do referido Convênio. Dessa forma, no exercício de 2021, foi utilizado o valor de R\$ 2.590,66, ficando o saldo restante do recurso para ser utilizado no exercício de 2022. Esse Convênio é fruto da Indicação de Emenda Parlamentar nº 2021.073.21144 da Deputada Estadual Professora Bebel.
- Através do Convênio nº 348/2021 / Processo nº.SES-PRC-2021-00356-DM celebrado com a Secretaria de Estado da Saúde em 29/12/2021, publicado no D.O.E. em 30/12/2021, através do Sistema SP SEM PAPEL, cuja liberação total do recurso de R\$ 100.000,00 ocorreu em 30/12/2021, para CUSTEIO na Aquisição de Materiais de Consumo, Gêneros Alimentícios, Suplemento Alimentar (Dieta Enteral) e Pagamento de parte da Conta de Energia Elétrica, conforme Plano de Trabalho aprovado do referido Convênio. Dessa forma, considerando que o recurso foi repassado no penúltimo dia do ano, sua aplicação ficou para o exercício de 2022. Esse Convênio é fruto da Indicação de Emenda Parlamentar nº 2021.051.20822 da Deputada Estadual Janaina Paschoal.
- Através do Convênio SES nº 00250/2020 / Processo nº SES-PRC-2019/06005 / PRÓ SANTA CASA 2, celebrado com a Secretaria Estadual de Saúde em 23/01/2020, publicado no D.O.E. em 06/02/2020, no valor total de R\$ 3.024.000,00, a ser pago em 48 parcelas mensais de R\$ 63.000,00, para CUSTEIO com aquisição de SOLUÇÕES (SORO), LUVAS DE PROCEDIMENTOS, ANTICOAGULANTES e ANTIBIÓTICOS, através Sistema SANI, foi recebido em 2021 12 (doze) parcelas no valor de R\$ 63.000,00 cada, cujos pagamentos ocorreram nas datas de 21/01/2021, 26/02/2021, 26/03/2021, 23/04/2021, 26/05/2021, 28/06/2021, 27/07/2021, 26/08/2021, 27/09/2021, 26/10/2021, 26/11/2021 e 23/12/2021. Somando-se o valor pago pelas 12 parcelas que totaliza R\$ 756.000,00 ao valor dos rendimentos de aplicação R\$ 4.719,12 apurados durante o referido exercício, obteve-se o valor total de R\$ 760.719,12 (recebido), recursos estes destinados ao CUSTEIO de Materiais de Consumo e de Medicamentos.

TERMOS ADITIVOS CELEBRADOS COM A SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE BATATAIS, PARA REPASSE DE RECURSOS, VIA FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, VISANDO A MANUTENÇÃO DA INFRAESTRUTURA INSTALADA NA SANTA CASA DE BATATAIS, PARA ENFRENTAMENTO DA PANDEMIA CAUSADA PELO NOVO CORONAVIRUS (SARS - CoV-2) COVID-19.

Diante da pandemia causada pela COVID-19 que infelizmente atingiu nosso País em 2020, e consequentemente, nosso Estado, nossa região e também nossa cidade, foi necessária a implantação e estruturação de uma ALA nas dependências da Santa Casa de Batatais, totalmente dedicada e exclusiva ao atendimento dos pacientes acometidos pela COVID-19.

Assim, para o custeio dessa assistência, foi necessária a celebração de Termos Aditivos com a Secretaria Municipal de Saúde, para o repasse de Recursos à Santa Casa via Fundo Municipal de Saúde, visando manter o custeio dessa estrutura para o cuidados dos pacientes. Dessa forma, foram celebrados os seguintes Termos Aditivos:

- **Através do Termo Aditivo nº 01/2021, celebrado com a Secretaria Municipal de Saúde de Batatais em 12/01/2021, publicado no D.O.E em 27/01/2021, para CUSTEIO, foi repassado valor de R\$ 412.500,00, em 02 parcelas mensais como valores PRÉ-FIXADOS, e também o valor de R\$ 199.500,00 como valores PÓS-FIXADOS. Além desses valores foi utilizado R\$ 0,60 de recursos próprios da Entidade. Os valores PRÉ-FIXADOS, PÓS-FIXADOS e demais foram utilizados no custeio das aquisições de Materiais de Consumo, Medicamentos, Pagamento de Pessoal, Honorários Médicos etc, despesas necessárias a assistência dos pacientes. Dessa forma, somando-se os valores utilizados como Pré e Pós-Fixados e os recursos próprios da Entidade, foi utilizado o montante de R\$ 612.000,60.**
- **Através do Termo Aditivo nº 002/2021, celebrado com a Secretaria Municipal de Saúde de Batatais em 12/02/2021, publicado no D.O.E em 05/03/2021, para CUSTEIO, foi repassado o valor de R\$ 432.000,00, em parcela única como valor PRÉ-FIXADO, e também o valor de R\$ 28.500,00 como valores PÓS-FIXADOS. Além desses valores foi auferido R\$ 140,20 de rendimentos de aplicação financeira e foi utilizado R\$ 480,57 de recursos próprios da Entidade. Os valores PRÉ-FIXADOS, PÓS-FIXADOS e demais foram utilizados no custeio das aquisições de Materiais de Consumo, Medicamentos, Pagamento de Pessoal, Honorários Médicos etc, despesas necessárias a assistência dos pacientes. Dessa forma, somando-se os valores utilizados como Pré e Pós-Fixados, os rendimentos de aplicação financeira e os recursos próprios da Entidade, foi utilizado o montante de R\$ 461.120,77.**
- **Através do Termo Aditivo nº 003/2021, celebrado com a Secretaria Municipal de Saúde de Batatais em 25/02/2021, publicado no D.O.E em 05/03/2021, do seu 1º Termo de Reti-Ratificação celebrado com a Secretaria Municipal de Saúde de Batatais em 26/04/2021, publicado no D.O.E em 11/05/2021, e do seu 2º Termo de Reti-Ratificação celebrado também com a Secretaria Municipal de Saúde de Batatais em 15/06/2021, publicado no D.O.E em 14/07/2021, todos para CUSTEIO, foi repassado o valor de R\$ 984.000,00, em 03 parcelas mensais como valor PRÉ-FIXADO, e também o valor de R\$ 216.000,00 como valores PÓS-FIXADOS. Além desses valores foi auferido R\$ 107,34 de rendimentos de aplicação financeira. Esses valores foram utilizados no custeio das aquisições de Materiais de Consumo, Medicamentos, Manutenção de Equipamentos, Pagamento de Pessoal, Honorários Médicos etc, despesas necessárias a assistência dos pacientes. Dessa forma, somando-se os valores utilizados como Pré -Fixados, Pós-fixados e os rendimentos de aplicação, foi utilizado o montante de R\$ 1.200.107,34.**
- **Através do Termo Aditivo nº 004/2021, celebrado com a Secretaria Municipal de Saúde de Batatais em 01/06/2021, publicado no D.O.E em 09/06/2021, para CUSTEIO, foi repassado o valor de R\$ 96.000,00, em parcela única como valor PRÉ-FIXADO. O valor PRÉ-FIXADO foi utilizado no custeio de Manutenção de Equipamentos Hospitalares e**

Honorários Médicos, despesas necessárias a assistência dos pacientes. Dessa forma, foi utilizado o montante de R\$ 96.000,00.

- Através do Termo Aditivo nº 005/2021, celebrado com a Secretaria Municipal de Saúde de Batatais em 01/06/2021, publicado no D.O.E em 09/06/2021, do seu Termo de Retificação celebrado com a Secretaria Municipal de Saúde de Batatais em 23/08/2021, publicado no D.O.E em 11/09/2021, ambos para CUSTEIO, e do Termo de Rescisão do Termo Aditivo nº 005/2021 e seu Termo de Retificação celebrado também com a Secretaria Municipal de Saúde de Batatais em 22/10/2021, publicado no D.O.E em 04/11/2021, foi repassado o valor de R\$ 2.689.000,00, em parcelas como valores PRÉ-FIXADOS. Além desse valor foi auferido R\$ 807,35 de rendimentos de aplicação financeira e foi utilizado R\$ 1.000,00 de recursos próprios da Entidade. O valor PRÉ-FIXADO e demais foram utilizados no custeio das aquisições de Materiais de Consumo, Medicamentos, Manutenção de Equipamentos, Pagamento de Pessoal, Honorários Médicos etc, despesas necessárias a assistência dos pacientes. Dessa forma, somando-se os valores utilizados como Pré-Fixado, os rendimentos de aplicação financeira e os recursos próprios da Entidade, foi utilizado o montante de R\$ 2.690.807,35.

PROGRAMA DE EDUCAÇÃO CONTINUADA ÀS EQUIPES DE COORDENADORES, GESTORES DO HOSPITAL, COLABORADORES EM GERAL VISANDO MELHORIAS E EFICIÊNCIA NA GESTÃO E CONDUÇÃO DAS ATIVIDADES DA ENTIDADE:

Em 2021 manteve-se os treinamentos e os processos de educação continuada, de forma adaptada visando a não aglomeração de pessoas em decorrência da Pandemia COVID-19, para a capacitação dos profissionais assistenciais e de apoio assistencial, qualificando-os para atender o Programa de Segurança do Paciente e a Qualidade da Assistência.

RECURSOS HUMANOS:

Apesar das ações dos Governos, em parcerias com os órgãos de representações das Entidades prestadoras de serviços filantrópicos (FEHOSP e CMB) criarem e oferecerem Programas e Projetos que qualificam e aprimoram o conhecimento técnico dos profissionais e colaboradores dos hospitais integrantes da rede pública de saúde pelo SUS e também, dos investimentos realizados anualmente pela Entidade com recursos próprios visando melhorar cada vez mais a qualidade e a humanização da assistência hospitalar, a baixa remuneração do SUS tem sido um dos principais impeditivos para manter reduzido o indicador "Turn Over" em nossa Entidade que foi de 28,03% em 2021. O indicador dos últimos três anos foi de 33,60% em 2018, de 23,50% em 2019 e 18,47% em 2020. A razão do "Turn Over" ainda manter-se elevado, além das contratações temporárias que foram necessárias nos dois últimos anos em virtude de implantação de Ala COVID-19 em nosso Hospital, é porque, geograficamente, a Entidade está estabelecida entre dois grandes centros comerciais e com polos industriais de segmento na prestação de serviços, e com isso, a Santa Casa sofre com a oferta de empregos com salários mais atrativos de outras áreas, inclusive, pelos estabelecimentos de saúde privados da região. A Santa Casa tem como principal demanda de seus serviços os atendimentos ao SUS que representa grande parte dos serviços prestados: **80,23** das internações, **95,23 %** dos serviços de hemodiálise, **91,68%** de Consultas de Especialidades realizadas e **89,81%** de SADTs – Exames para o Apoio Diagnóstico, cujas receitas representam apenas **43,00% do total da Receita da Entidade**. Portanto, a redução do "Turn Over" depende de mais recursos para viabilizar a aplicação de uma política de valorização salarial de nossos colaboradores.

Resultados Relacionados a Recursos Humanos:	Exercícios	2021	2020	2019
Empregados nos finais de exercícios	Quantidade	396	406	421
Taxa de <i>Turn Over</i> (anual)	Porcentagem	28,03%	18,47	23,5%
Segmentação da mão de obra, segundo a alocação das funções:				
Empregados da Área Administrativa	Quantidade	50	58	53
Empregados da Área Assistencial	Quantidade	200	187	200
Empregados da Área de Apoio Geral	Quantidade	146	161	168


Nível Educacional em 2021:	Superior	Superior Incompleto	Ensino Médio	Ensino Fundamental
Área Administrativa	28	1	21	0
Área Assistencial	51	0	145	4
Área de Apoio Geral	23	4	73	46

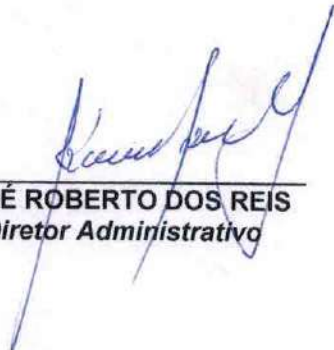
Referente a Recolhimento Previdenciário	Exercícios	2021	2020	2019
Recolhimento de Contribuições Previdenciárias, retidos dos funcionários e incidentes s/ folha de pagamento de salários.	R\$	901.611,28	859.558,91	703.431,52

AÇÕES DE PROTEÇÃO AO MEIO-AMBIENTE:

A Entidade vem cumprindo todas as exigências voltadas à preservação e conservação do Meio Ambiente, inclusive, atendendo também, as disposições legais da Resolução n°. 358 do CONSELHO NACIONAL DO MEIO AMBIENTE – CONAMA, que dispõe sobre o tratamento e as disposições finais dos resíduos dos serviços de saúde, firmando assim o dever de cumprir com ações de controle e destinação dos resíduos gerados por esta Unidade de Serviço de assistência Médico-Hospitalar, conforme rege o Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos e Líquidos desta Santa Casa, em parceria com o município que executa os projetos de proteção ao meio ambiente.

Batatais/SP, 28 de março de 2022.



DALVANIA BORGES DA COSTA
Provedora



JOSÉ ROBERTO DOS REIS
Diretor Administrativo

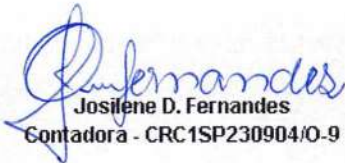
Balancos patrimoniais
Em 31 de dezembro
Em reais

	Nota	2021	2020		Nota	2021	2020
Ativo				Passivo			
Circulante		8.155.027	8.143.180	Circulante		10.682.299	9.614.193
Disponível		165.232	394.591	10	1.237.501	793.820	
Realizável		7.989.795	7.748.589		602.865	184.434	
Aplicações financeiras	5	1.706.586	1.481.848	Provisões técnicas de operações de assistência à saúde		602.865	184.434
Aplicações garantidoras de provisões técnicas		617.581	592.904	Provisão de prêmios/ contraprestações		71.937	78.296
				Provisão de prêmio/ contraprestação não ganha - PPCNG		137.005	115.707
Aplicações livres		1.089.005	888.944	Provisão de eventos/ sinistros a liquidar para o SUS			
Créditos de operações com planos de assistência à saúde	6	439.671	16.344	Provisão de eventos/ sinistros a liquidar para outros prest. de serv. Assist.		425.694	415.383
Contraprestações pecuniárias a receber		425.538	5.845	Provisão de eventos/ sinistros ocorridos e não avisados - PEONA		31.135	31.812
Part. dos beneficiários em eventos indenizados		14.133	10.499	Débitos de operações de assistência à saúde			
Créditos de operações de assistência à saúde não relacionados com planos de saúde da operadora	7	3.052.041	3.044.415	Débitos de operações de assistência à saúde não relacionados com planos de saúde da operadora	11	2.269.546	2.280.790
Bens e títulos a receber	8	2.771.285	3.095.054	Tributos e encargos sociais a recolher		279.164	250.823
Despesas antecipadas		20.212	110.928	Empréstimos e financiamentos	12	1.974.687	1.386.976
				Débitos diversos	13	4.890.266	4.869.972
Não circulante		21.466.502	21.976.710	Não circulante		9.132.524	9.633.664
Realizável a longo prazo		756.534	1.512.534	Provisão para ações judiciais	14	152.034	150.107
Outros créditos a receber de longo prazo	8	756.000	1.512.000	Empréstimos e financiamentos	12	4.905.107	4.400.678
Depósitos judiciais e fiscais		534	534	Débitos diversos	13	4.075.383	5.082.879
Investimentos		6.786.918	6.785.070				
Propriedade para investimentos	9	6.756.571	6.756.571	Patrimônio líquido	16	9.806.706	10.872.033
Outros investimentos		30.348	28.499	Patrimônio social		2.927.644	5.482.235
Imobilizado	9	13.920.839	13.676.380	Reservas patrimoniais		3.555.626	3.555.626
Imóveis de uso próprio		9.282.232	9.050.327	Reserva de reavaliação		4.388.763	4.388.763
Imóveis – hospitalares		3.025.026	3.209.390	Déficits acumulados		(1.065.327)	(2.554.591)
Imóveis – não hospitalares		6.257.206	5.840.937				
Imobilizado de uso próprio		4.034.924	4.019.180				
Imobilizado – hospitalares		3.477.075	3.388.360				
Imobilizado – não hospitalares		557.849	630.820				
Imobilizações em curso		603.683	606.873				
Intangível		2.211	2.726				
Total do ativo		29.621.529	30.119.890	Total do passivo e do patrimônio líquido		29.621.529	30.119.890

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.


Tatiana Borges da Costa
Provedora


José Henrique Zanetti
1º Tesoureiro


Josilene D. Fernandes
Contadora - CRC1SP230904/O-9

Santa Casa de Misericórdia e Asilo dos Pobres de Batatais

Demonstrações do resultado
Exercícios findos em 31 de dezembro
Em reais

	Nota	2021	2020
Receitas de contraprestações efetivas de planos de assistência à saúde		4.954.659	4.886.856
Receitas com operações de assistência à saúde		4.954.659	4.886.856
Receitas de contraprestações líquidas		4.954.659	4.886.856
Eventos indenizáveis líquidos		(2.843.572)	(1.960.179)
Despesas com eventos conhecidos ou avisados		(2.833.261)	(1.943.990)
Varição da provisão de eventos ocorridos e não avisados		(10.311)	(16.189)
Resultado das operações com planos de assistência à saúde		2.111.087	2.926.677
Outros Receitas operacionais de planos de assistência à saúde		2.136	1.275
Receitas de assistência à saúde não relacionados com planos de saúde da operadora		31.714.920	26.957.724
Receitas com operações de assistência médico-hospitalar		6.755.879	5.918.455
Receitas com operações de assistência médico-hospitalar-SUS		16.043.305	15.720.625
Outras Receitas operacionais	17	8.915.736	5.318.644
Outras despesas operacionais		(34.075.036)	(31.480.869)
Outras Despesas operacionais com planos de assistência à saúde		-	-
Provisão para perdas sobre créditos		(48)	(7.489)
Outras Despesas operacionais de assistência à saúde não relacionados com planos de saúde da operadora		(34.074.988)	(31.473.380)
Resultado bruto		(246.893)	(1.595.193)
Despesas com comercialização		(4.495)	-
Despesas administrativas	18	(683.876)	(651.871)
Resultado financeiro líquido	19	(483.902)	(498.282)
Receitas financeiras		277.571	219.667
Despesas financeiras		(761.473)	(717.949)
Resultado patrimonial		353.839	190.755
Receitas patrimoniais		356.604	276.403
Despesas patrimoniais		(2.765)	(85.648)
Resultado antes da tributação e participações		(1.065.327)	(2.554.591)
Impostos e Contribuições		-	-
Participações sobre o Lucro		-	-
Déficit do exercício		(1.065.327)	(2.554.591)

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.


Dalvânia Borges da Costa
Provedora


José Henrique Zanetti
1º Tesoureiro


Josilene D. Fernandes
Contadora - CRC1SP230904/O-9



Santa Casa de Misericórdia e Asilo dos Pobres de Batatais

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido
Exercícios findos em 31 de dezembro
Em reais

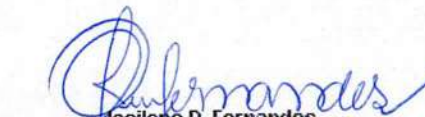
	<u>Patrimônio social</u>	<u>Reserva patrimoniais</u>	<u>Reserva de reavaliação</u>	<u>Déficits acumulados</u>	<u>Total</u>
Saldos em 1º de janeiro de 2020	8.521.310	3.555.626	4.388.763	(3.039.075)	13.426.624
Superávits(déficits) acumulados	-	-	-	-	-
Déficit do exercício	-	-	-	(2.554.591)	(2.554.591)
Transferência para o patrimônio social	(3.039.075)	-	-	3.039.075	-
Saldos em 31 de dezembro de 2020	5.482.235	3.555.626	4.388.763	(2.554.591)	10.872.033
Superávits, déficits acumulados	-	-	-	-	-
Déficit do exercício	-	-	-	(1.065.327)	(1.065.327)
Transferência para o Patrimônio Social	(2.554.591)	-	-	2.554.591	-
Saldos em 31 de dezembro de 2021	2.927.644	3.555.626	4.388.763	(1.065.327)	9.806.706

Não houve outros resultados abrangentes nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020, portanto, não está sendo apresentada a demonstração do resultado abrangente.

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.


Dalvânia Borges da Costa
Provedora


José Henrique Zanetti
1º Tesoureiro


Josilene D. Fernandes
Contadora, CRC1SP230904/O-9

Santa Casa de Misericórdia e Asilo dos Pobres de Batatais

Demonstrações dos fluxos de caixa – método indireto

Exercícios findos em 31 de dezembro


Em reais

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Déficit do exercício	(1.065.327)	(2.554.591)
Ajuste por		
Depreciações e amortizações	908.353	802.499
Residual baixa de imobilizado	30.273	85.647
Provisão para ações judiciais	1.927	(343.644)
Variação dos ativos e passivos		
Aplicações financeiras garantidoras de provisões técnicas	(24.677)	(13.281)
Créditos de operações com planos de assistência à saúde	(423.327)	182.539
Créditos de operações de assistência à saúde não relacionados com planos de saúde da operadora	(7.626)	(103.149)
Bens e títulos a receber	1.079.769	(1.162.183)
Despesas antecipadas	90.716	(54.240)
Eventos/ sinistros a liquidar e provisão técnica	431.760	(78.309)
Tributos e encargos sociais a recolher	28.341	12.957
Débitos diversos	(987.202)	4.056.313
Caixa aplicado nas atividades operacionais	<u>62.980</u>	<u>830.558</u>
Fluxo de caixa das atividades de investimentos		
Aquisições do imobilizado e intangível	(1.182.570)	(1.872.248)
Adições em Investimentos	(1.849)	(1.486)
Caixa líquido gerado pelas atividades de investimentos	<u>(1.184.419)</u>	<u>(1.873.734)</u>
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos		
Variação dos empréstimos e financiamentos	1.092.141	1.455.011
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamentos	<u>1.092.141</u>	<u>1.455.011</u>
Variação no caixa e equivalentes de caixa	<u>(29.298)</u>	<u>411.835</u>
Caixa e equivalentes de caixa (livres) no fim do exercício	1.254.237	1.283.535
Caixa e equivalentes de caixa (livres) no início do exercício	1.283.535	871.700
Variação no caixa e equivalentes de caixa	<u>(29.298)</u>	<u>411.835</u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.


Dalvânia Borges da Costa
Provedora


José Henrique Zanetti
1º Tesoureiro


Josilene D. Fernandes
Contadora - CRC1SP230904/O-9

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e de 2020
Em reais

1 Contexto operacional

A Santa Casa de Misericórdia e Asilo dos Pobres de Batatais (Hospital Major Antônio Cândido) é uma Entidade sem fins lucrativos, com objetivos filantrópicos, fundada em 14 de junho de 1913, reconhecida de utilidade pública através do Decreto Federal nº 63.816 de 16 de dezembro de 1968, publicado no DOU em 24 de dezembro de 1968, sediada na cidade de Batatais, Estado de São Paulo, situada na Avenida Dr. Manuel Furtado, nº. 235, CEP: 14.300-029, inscrita no CNPJ sob o nº. 44.945.962/0001-99 e isenta de Inscrição Estadual, e tem por finalidade essencialmente a aplicação dos recursos financeiros, operacionais e extra operacionais conforme prevê seu Estatuto na prestação de assistência médico-hospitalar e manutenção da Entidade, assim como obter e manter meios e modos de assistência ou beneficência que, a seu juízo, se enquadra nos fins da Instituição. É constituída por irmãos (sócios) admitidos pela Mesa Administrativa. A Entidade rege-se pelo Estatuto Social através da: a) Assembleia Geral; b) Mesa Administrativa; e c) Provedoria.

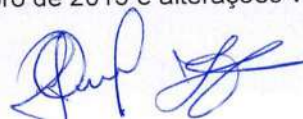

As atividades abrangem o atendimento pelo Sistema Único de Saúde - SUS nas áreas hospitalar e ambulatorial, plano de saúde próprio, convênios e particulares. Em novembro de 1997 foi criado o Plano de Saúde "Santa Casa Saúde" que para atendimento dos seus usuários utiliza os serviços da Santa Casa de Misericórdia e Asilo dos Pobres de Batatais e de uma rede credenciada de médicos, laboratórios e demais serviços.

2 Ambiente regulatório

2.1 Regulamentação

Por meio da Lei nº 9.961, de 28 de janeiro de 2000, foi criada a Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS), autarquia sob regime especial vinculada ao Ministério da Saúde. A Entidade está subordinada às diretrizes e normas da ANS, a qual compete regulamentar, acompanhar e fiscalizar as atividades das operadoras de planos privados de assistência à saúde, inclusive políticas de comercialização de planos de saúde e de reajustes de preços e normas financeiras e contábeis.

A Entidade está sujeita às seguintes principais exigências estabelecidas pelas resoluções normativas RN/ANS nº 451 de 6 de março de 2020, RN/ANS nº 227 de 19 de agosto de 2010, RN/ANS nº 392 e RN/ANS nº 393 ambas de 9 de dezembro de 2015 e alterações vigentes:



Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e de 2020
Em reais

a) Capital regulatório

Consideram-se capital regulatório o limite mínimo de Patrimônio Líquido Ajustado que a Entidade deve observar, a qualquer tempo, em função das regras de capital regulamentadas pela RN/ANS nº 451/2020. A Entidade apresenta Patrimônio Líquido Ajustado (PLA) em 31 de dezembro de 2021 o montante de R\$ 9.756.147 (R\$ 8.977.014 em 2020).

O Capital Base – CB representa o valor mínimo do patrimônio líquido da operadora de saúde, ajustado por efeitos econômicos, calculado a partir da multiplicação do fator “K”, emitido pela ANS, pelo capital de referência de R\$ 8.977.014 em dezembro de 2021, o qual é anualmente ajustado pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA/IBGE), que deve ser observado pelas operadoras de planos de saúde. O fator “K” vigente em dezembro de 2021 corresponde a 1,77%, de modo que o Capital Base – CB é de R\$ 158.893, conseqüentemente, o Patrimônio Líquido Ajustado da Entidade atende a esse mínimo estabelecido.

b) Margem de solvência

A margem de solvência é a regra de capital que define um montante variável a ser observado em função do volume de contraprestações e eventos indenizáveis aferidos pela operadora conforme regulamentação dada pela RN/ANS nº 451/2020. Os prazos permitidos para adequação da margem de solvência foram redefinidos em 22 de dezembro de 2012 sendo que entre janeiro de 2020 e dezembro de 2022 deve-se manter a proporção cumulativa mínima mensal de 0,615% do valor da margem de solvência e a partir de dezembro de 2022, 100%.

A margem de solvência, sendo esse o valor para o Capital Regulatório, da Entidade em 31 de dezembro de 2021 em relação ao patrimônio líquido ajustado apresenta-se suficiente, conforme demonstrado a seguir:

	Valores
Margem de Solvência Total	990.932
Percentual de Exigência em 31/12/2021	92,66%
Margem de solvência exigida	918.198
Patrimônio líquido ajustado	9.756.147
Diferença em R\$ entre o patrimônio ajustado e a margem de solvência exigida	8.837.950
Situação do patrimônio ajustado em relação à margem de solvência exigida	Suficiente



Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e de 2020
Em reais

3 Base de preparação das demonstrações financeiras

3.1 Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram preparadas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades regulamentadas pela Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS,) pela ITG 2002 (R1) – Entidades sem finalidade de lucros,

pelos pronunciamentos, interpretações e orientações técnicas emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), quando referendados pela ANS. As demonstrações financeiras estão sendo, também, apresentadas segundo os critérios estabelecidos pelo plano de contas instituído pela ANS por meio de Resolução Normativa RN, sendo a última, RN nº 435 de 23 de novembro de 2018.

A Administração avaliou a capacidade da Entidade em continuar operando normalmente e está convencida de que ela possui recursos para dar continuidade a seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de continuar operando. Assim, estas demonstrações financeiras foram preparadas com base no pressuposto de continuidade.

A emissão dessas demonstrações financeiras foi autorizada pela Administração da Entidade em 11 de março de 2022 e não ocorreram eventos entre a data de encerramento do exercício social e a de aprovação das demonstrações financeiras, que pudessem afetar as informações divulgadas, bem como a análise econômica e financeira. A Administração da Entidade afirma que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e que correspondem às utilizadas por ela na sua gestão.

Nos exercícios de 2021 e 2020, a Entidade não realizou operações para apresentação das demonstrações do resultado abrangente. Dessa forma, a Entidade não está apresentando as demonstrações do resultado abrangente para os exercícios de 2021 e 2020.

3.2 Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor.



Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras **Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e de 2020** **Em reais**

3.3 Moeda funcional e moeda de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras da Entidade são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual a Entidade atua ("a moeda funcional"). As demonstrações financeiras estão apresentadas em reais (R\$), que é a moeda funcional da Entidade.

3.4 Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as normas da ANS e as normas emitidas pelo CPC exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que

afetam a aplicação das práticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados.

As informações sobre julgamentos críticos referentes às políticas contábeis adotadas pela Entidade e que possuem maior complexidade, bem como aquelas cujas premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras estão incluídas nas respectivas notas explicativas.

As informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material em 31 de dezembro de 2021 são:

- (i) Análise econômica para fins de mensuração da provisão para perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa dos créditos de operações com planos de assistência à saúde – nota explicativa 6;
- (ii) Análise econômica para fins de mensuração da provisão para perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa dos créditos de operações com planos de assistência à saúde não relacionados com o plano de saúde da operadora – nota explicativa 7;
- (iii) Análise da vida útil econômica para fins de determinação da depreciação do ativo imobilizado – nota explicativa 9;
- (iv) Análise da vida útil econômica para fins de determinação da amortização do ativo intangível;

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e de 2020
Em reais

(v) Provisão para eventos ocorrido e não avisados – PEONA e Ressarcimento ao SUS – nota explicativa 10; e

(vi) Reconhecimento e mensuração de provisões de demandas judiciais: principais premissas sobre a probabilidade e magnitude das saídas de recursos – nota explicativa 14.

4 Resumo das principais práticas contábeis

As principais práticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nessas demonstrações financeiras.

4.1 Instrumentos financeiros

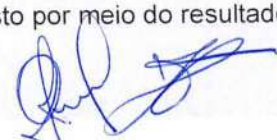
A Entidade classifica seus ativos e passivos financeiros como instrumentos financeiros básicos, em conformidade com a política contábil da Entidade e por atender as condições dos pronunciamentos técnicos contábeis, emitidos pelo CPC – Comitê de Pronunciamentos Contábeis, portanto, são ativos financeiros básicos da Entidade: i) Disponível; ii) Aplicações financeiras; iii) Créditos de operação com planos de assistência à saúde relacionados e não relacionados com o plano de saúde; e iv) Bens e títulos a receber.

Os passivos financeiros básicos da Entidade são: i) Provisão de eventos a liquidar; ii) Débitos de operações de assistência à saúde relacionados e não relacionados com o plano de saúde; e iii) Débitos diversos.

Os ativos financeiros básicos são mensurados pelo valor justo por meio do resultado e custo amortizado. Os passivos financeiros básicos são mensurados pelo custo amortizado. As aplicações financeiras e outros investimentos são mensuradas ao valor justo por meio do resultado.

A Entidade reconhece os ativos e passivos financeiros básicos inicialmente na data em que foram originados, exceto os ativos designados pelo valor justo por meio do resultado, que são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a Associação se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento.

Após o reconhecimento inicial, os ativos e passivos financeiros básicos são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável. Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado são



Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e de 2020
Em reais

medidos pelo valor justo, e mudanças no valor justo desses ativos são reconhecidas no resultado do exercício.

A Entidade deixa de reconhecer um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram ou quando a entidade transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação no qual essencialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos.

A Entidade deixa de reconhecer um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expirada.

Os ativos e passivos financeiros básicos são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, somente quando, a Operadora tenha o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

A Entidade não possui instrumentos financeiros derivativos.

4.2 Caixa e equivalentes de caixa – disponível e aplicações financeiras

Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de disponível (numerário em conta corrente) e aplicações financeiras com vencimento original de três meses ou menos a partir da data da contratação, os quais são sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor, e são utilizadas na liquidação das obrigações de curto prazo. As aplicações financeiras são apresentadas no ativo circulante e estão classificadas como:

- Aplicações garantidoras de provisões técnicas: nos termos da RN nº 392/2015 e posteriores alterações. As aplicações vinculadas possuem cláusula restritiva de resgate dependendo de prévia autorização da ANS à instituição financeira e devem ser suficientes para garantir o saldo da: provisão de eventos a liquidar que tenham sido avisados a mais de 60 dias, provisão para eventos ocorridos e não avisados e provisão para remissão. As aplicações não vinculadas têm como objetivo lastrear o saldo da provisão de eventos a liquidar que tenham sido avisados nos últimos 60 dias e que não necessitam de garantias vinculadas.



Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e de 2020
Em reais

- Aplicações livres: são resgatáveis no prazo de até 90 dias com risco insignificantes de mudança de seu valor de mercado.

As aplicações financeiras estão demonstradas ao custo, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do encerramento do balanço patrimonial e são de liquidez imediata. Os ganhos ou perdas são registrados no resultado do exercício respeitando a competência, em sua maioria são classificadas na categoria de ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado.

4.3 Créditos de operações com planos de assistência à saúde

Representam os valores a receber em razão do reconhecimento pelo regime de competência, das receitas originadas dos serviços colocados à disposição dos usuários de serviços de saúde e dos contratos na modalidade de custo operacional. A Provisão para Perdas Sobre Créditos - PPSC é registrada para cobertura de eventuais perdas na realização dos créditos a receber constituída pela totalidade do crédito dos contratos vencidos há mais de 60 dias nos casos de operações com planos individuais na modalidade de pré-pagamento e 90 dias para os demais casos. A Administração da Entidade, em análise dos créditos vencidos e a vencer, não tem expectativa de outras perdas.

4.4 Estoque

Os estoques são demonstrados ao custo ou ao valor líquido de realização, dos dois, o menor. O custo é determinado pelo método de avaliação de estoque "custo médio ponderado" e o valor líquido de realização corresponde ao preço de venda estimado menos os custos.

4.5 Investimentos

Representados basicamente, por imóveis destinados a renda e participações societárias em instituições financeiras avaliados pelo custo.

4.6 Imobilizado

Compreendido, predominantemente pelas edificações, máquinas e equipamentos hospitalares e não hospitalares, móveis e utensílios, computadores e periféricos. O imobilizado é mensurado pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas de

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e de 2020
Em reais

redução ao valor recuperável (*impairment*) acumuladas. O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo.

Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados a esses custos e que possam ser mensurados com segurança. O valor contábil de itens ou peças substituídas é baixado. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do exercício, quando incorridos.

A depreciação é calculada usando o método linear considerando os seus custos e seus valores residuais durante a vida útil estimada. As taxas aplicadas anualmente são:

	<u>Taxa de depreciação</u>
Edificações	4%
Instalações	10%
Máquinas e equipamentos	10%
Móveis e utensílios	10%
Computadores e periféricos	20%
Veículos	20%
Benfeitorias	4%

Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, ao final de cada exercício.

O valor contábil de um ativo é imediatamente baixado ao seu valor recuperável quando o valor contábil do ativo é maior do que seu valor recuperável estimado.

Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado (apurados pela diferença entre os recursos advindos da alienação e o valor contábil do imobilizado), são reconhecidos em outras receitas operacionais no resultado.

4.7 Ativo intangível

Ativos intangíveis consistem em softwares de computador reconhecidos pelo custo, menos a amortização acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável. Eles são amortizados ao longo de sua vida útil estimada, utilizando-se o método linear. Se houver uma indicação de que houve uma mudança significativa na taxa de amortização, na vida útil ou no valor

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e de 2020
Em reais

residual de um ativo intangível, a amortização é revista prospectivamente para refletir as novas expectativas.

4.8 Impairment de ativos não financeiros

Os valores contábeis dos ativos não financeiros são revistos a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é estimado e quando o valor em uso do ativo ou o seu valor de mercado é menor que o valor contábil é registrado a perda por *impairment* entre essa diferença.

4.9 Provisões técnicas de operações de assistência à saúde

São aquelas estabelecidas pela ANS para garantir a liquidez financeira e operacional da operadora de planos de assistência à saúde, conforme demonstrado na nota 10. Segue um breve descritivo sobre a prática contábil para as provisões técnicas:

(i) Provisão de prêmios ou contraprestações não ganhas – PPCNG

É constituída conforme previsto na RN nº 314/12 da ANS e caracteriza-se pelo registro contábil do valor mensal cobrado pela Entidade para cobertura do risco contratual da vigência que se inicia naquele mês, devendo ser baixada a crédito de receitas de prêmios ou contraprestações, no último dia do mês de competência, pelo risco já decorrido no mês. Os valores registrados na PPCNG não precisam ser lastrados por ativos garantidores.

(ii) Provisões para eventos a liquidar

Provisões para fazer frente aos valores a pagar por eventos avisados até a data-base de apuração. A resolução dispõe também que o registro contábil dos eventos a liquidar deverá ser realizado pelo valor integral cobrado pelo prestador ou apresentado pelo beneficiário, no primeiro momento da identificação da despesa médica, independentemente da existência de qualquer mecanismo, processo ou sistema de intermediação da transmissão, direta ou indiretamente por meio de terceiros, ou da preliminar das despesas médicas.



Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e de 2020
Em reais

(iii) Provisão para Eventos Ocorridos e Não Avisados – PEONA

Constituída com base na RN nº 160 da ANS e posteriores alterações. É destinada para fazer frente ao pagamento dos eventos que já tenham ocorrido e que não tenham sido registrados contabilmente pela falta de avisos.

(iv) Provisão para Eventos Ocorridos e Não Avisados do SUS – PEONA SUS

Refere-se à estimativa do montante de eventos/sinistros originados no Sistema Único de Saúde (SUS) (realizados pelos beneficiários da operadora) que tenham ocorrido e que não tenham sido avisados pela ANS à operadora. A estimativa de provisão observa o fator individual de cada operadora de PEONA SUS com o montante de eventos avisados nos últimos 24 meses, sendo o valor calculado disponível no espaço da operadora no endereço eletrônico da ANS.

(v) Provisão de eventos a liquidar para o SUS

Referem-se a cobranças do ressarcimento ao Sistema Único de Saúde (SUS), estabelecido pelo artigo 32 da Lei 9656/1998, advinda de atendimento médico, hospitalar e ambulatorial pela rede pública de saúde, de beneficiários do seu próprio plano de saúde.

4.10 Empréstimos e financiamentos

Os financiamentos são inicialmente reconhecidos pelo valor da transação, ou seja, pelo valor recebido do banco, incluindo os custos da transação. Após o reconhecimento inicial, estão sujeitos a juros e são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método de taxa de juros efetivos. Ganhos e perdas são reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa dos passivos, bem como durante o processo de amortização pelo método da taxa de juros efetivos.

4.11 Provisões

Uma provisão é reconhecida, em função de um evento passado, se a Entidade tem uma obrigação legal ou constituída que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação. As provisões são apuradas através do desconto dos fluxos de caixa futuros esperados a uma taxa antes de impostos que reflete as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e riscos específicos para o passivo. Os custos financeiros incorridos são registrados no resultado. As provisões são registradas tendo como base as estimativas do risco envolvido.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e de 2020
Em reais

4.12 Subvenções governamentais

As Subvenções Governamentais são reconhecidas de acordo com sua natureza, em conformidade com a NBC TG 07 (R1) - Subvenção e Assistência Governamentais:

4.12.1 Subvenção para custeio

Reconhecida inicialmente como adiantamento no passivo, na rubrica “Subvenção a realizar”, e apropriada como receita quando é efetivado o consumo dos materiais médicos e medicamentos.

4.12.2 Subvenção para investimento

Refere-se à subvenção para a aquisição de bens que serão de propriedade da Entidade. Essa subvenção para investimento é reconhecida inicialmente como adiantamento no passivo, na rubrica “Subvenção a realizar”, e apropriada como receita ao longo do período de vida útil dos bens adquiridos. Adicionalmente, o bem adquirido é contabilizado como ativo imobilizado e depreciado pela sua vida útil normal estimada.

4.13 Outros ativos e passivos (circulantes e não circulantes)

Um ativo é reconhecido no balanço patrimonial quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Entidade e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Um passivo é reconhecido no balanço quando a Entidade possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo.

São acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes rendimentos, encargos e atualizações monetárias incorridas até a data do balanço e, no caso dos ativos, retificados por provisão para perdas (*impairment*) quando necessário.

Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos doze meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulantes. Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, a Entidade apresentava o passivo circulante maior que o ativo circulante.



Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e de 2020
Em reais

4.14 Ajuste a valor presente de ativos e passivos

Os ativos e passivos monetários não circulantes e os circulantes quando o efeito é considerado relevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto, são ajustados ao valor presente. O ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos. Dessa forma, os juros embutidos nas receitas, despesas e custos associados a esses ativos e passivos são descontados com o intuito de reconhecê-los em conformidade com o regime de competência dos exercícios. Posteriormente, esses juros são realocados nas linhas de despesas e receitas financeiras no resultado por meio da utilização do método da taxa efetiva de juros em relação aos fluxos de caixa. As taxas de juros implícitas quando aplicadas são determinadas com base em premissas e são consideradas estimativas contábeis.

4.15 Ativos e passivos contingentes e obrigações legais

As práticas contábeis para registro e divulgação de ativos e passivos contingentes e obrigações legais são as seguintes:

- Ativos contingentes são reconhecidos somente quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, transitadas em julgado. Os ativos contingentes com êxitos prováveis são apenas divulgados em nota explicativa.
- Passivos contingentes são provisionados quando as perdas forem avaliadas como prováveis e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes avaliados como de perdas possíveis são apenas divulgados em nota explicativa e os passivos contingentes avaliados como de perdas remotas não são provisionados nem divulgados.
- Obrigações legais são registradas como exigíveis, independente da avaliação sobre as probabilidades de êxito, de processos em que a Entidade questionou a inconstitucionalidade de tributos.



Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e de 2020
Em reais

4.16 Receita operacional

4.16.1 Reconhecimento das receitas e respectivos custos

Por determinação da ANS, são classificados como "contraprestações efetivas de planos de assistência à saúde" o resultado líquido das receitas, deduzidas às variações das provisões técnicas, os abatimentos, cancelamentos e restituições, registradas por período de implantação do plano, natureza jurídica da contratação e modalidade de cobertura.

A apropriação das receitas observa o regime de competência de exercícios considerando:

- (i) nos contratos com preços preestabelecidos, o período de cobertura contratual; e
- (ii) nos contratos com preços pós-estabelecidos, a data em que se fazem presentes os fatos geradores do ingresso.

A apropriação dos respectivos custos (eventos indenizáveis) ocorre quando do recebimento das respectivas contas e através da constituição de provisão como referido na nota 10.

As demais receitas e despesas observam o regime de competência de exercícios para o seu reconhecimento.

4.16.2 Receitas financeiras e despesas financeiras

As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre fundos investidos. A receita de juros é reconhecida no resultado, através do método dos juros efetivos.

As despesas financeiras abrangem juros sobre empréstimos e financiamentos reconhecida pelos juros incorridos até a data do balanço.

4.17 Fluxo de caixa

A demonstração do fluxo de caixa está apresentada pelo método indireto.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e de 2020
Em reais

5 Aplicações financeiras

Modalidade	2021	2020
Itaú Unibanco S.A - C.A: Fundo Saúde RF DI 02196-0	503.478	483.362
Fundo Santander Saúde ANS RF	114.103	109.542
Aplicações garantidoras de provisões técnicas	617.581	592.904
Banco Santander S/A - C/A: 1620-8 CDB DI	9.733	56.231
Itaú Unibanco S.A. - C.A: 02196-0 CDB Apl. Aut Mais	220	5.133
Banco Bradesco S/A - C/A: 1039-1 CDB	-	134
Banco do Brasil S/A - c/a: 40.304-0 CDB	58.751	-
Outros títulos de renda fixa	797.667	541.551
Cotas de fundos de investimentos	222.634	285.895
Aplicações livres	1.089.005	888.944
	1.706.586	1.481.848

As aplicações financeiras foram realizadas em instituições financeiras nacionais e são de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa, sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor e representadas substancialmente por aplicações financeiras em fundos e certificados de depósitos bancários. As taxas de juros são as normais do mercado para as modalidades, com rentabilidade percentual do CDI, considerando o valor e a época das aplicações, e podem ser resgatadas de acordo com a necessidade de recursos da Entidade.

A Entidade apresentou as aplicações financeiras garantidoras de provisões técnicas, nos termos da RN nº 392/2015 e posteriores alterações da ANS. A vinculação deve ser realizada em Fundos Dedicados à Saúde Suplementar, por meio de convênios entre a ANS e as instituições financeiras e sua utilização imediata necessitará de breve autorização pela ANS à instituição financeira.

Garantias financeiras x Provisões técnicas:

	2021	2020
Ativos garantidores		
(A) - Aplicações financeiras garantidoras	617.581	592.904
	617.581	592.904
Provisões técnicas		
Eventos ocorridos e não avisados - PEONA	421.146	415.383
Eventos ocorridos e não avisados - PEONA SUS	4.548	-
Eventos a liquidar avisados até 60 dias	137.005	115.707
Eventos a liquidar avisados há mais de 60 dias	71.937	78.296
SUS vencidos há mais de 5 anos/Adimplência	(69.898)	(74.341)
	423.185	419.338
Necessidade de vínculo	564.738	535.045
Necessidade de lastro	52.843	57.859
Suficiência de ativos garantidores		

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e de 2020
Em reais

6 Créditos de operações com planos de assistência à saúde

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Individual	110.208	43.775
Coletivo	347.497	934
Participação dos Beneficiários Eventos Indenizados	18.052	15.339
(-) Provisão Para Perdas Sobre Créditos - PPSC	(36.086)	(43.704)
	<u>439.671</u>	<u>16.344</u>

- (i) Constituída de acordo com os critérios da RN ANS detalhado no item 4.3. A administração da Entidade, em análises dos créditos vencidos e a vencer, não tem expectativa de outras perdas.

7 Créditos de operações de assistência à saúde não relacionados com planos de saúde da operadora

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Contas a receber	3.527.215	3.739.905
Outros créditos operacionais	91.262	36.524
(-) Provisão Para Perdas Sobre Créditos - PPSC (i)	(566.436)	(732.014)
	<u>3.052.041</u>	<u>3.044.415</u>

Constituída de acordo com os critérios da RN ANS detalhado no item 4.3. A administração da Entidade, em análises dos créditos vencidos e a vencer, não tem expectativa de outras perdas.





Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e de 2020
Em reais

8 Bens e títulos a receber

	2021			2020		
	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total
Estoque (i)	1.372.854	-	1.372.854	1.117.785	-	1.117.785
Cheques a receber	10.700	-	10.700	10.149	-	10.149
Adiantamentos a funcionários	7.557	-	7.557	9.208	-	9.208
Outros títulos a receber (ii)	806.298	756.000	1.562.298	1.078.329	1.512.000	2.590.329
Aposseamento - Município de Batatais (iii)	573.876	906.812	1.480.688	879.583	769.776	1.649.359
(-) Provisão Para Perdas Sobre Créditos	-	(906.812)	(906.812)	-	(769.776)	(769.776)
	2.771.285	756.000	3.527.285	3.095.054	1.512.000	4.607.054

- (i) Substancialmente composto por estoque de materiais e medicamentos disponível para utilização na Entidade.
- (ii) O saldo está composto substancialmente por valores a receber relativo a convênios estaduais no montante de R\$ 756.000,00, cuja contrapartida foi registrada no passivo na rubrica Depósitos de beneficiários e de terceiros conforme nota explicativa 13.
- (iii) Trata-se de valor a receber da Prefeitura Municipal de Batatais, por desapropriação de terreno para a construção do Aero clube de Batatais, conforme processo nº 1129/54 transitado em julgado, em 07 de maio de 2002, valor atualizado R\$ 906.812 e aposseamento de terreno do Pronto Socorro Municipal, conforme processo nº 0000010-.1995.8.26.0070, transitado em julgado em 27 de junho de 2002 resultou na expedição do precatório EP de nº 2445 processo DEPRE nº 7002445-56.2002.8.26.0070, cujo pagamento restou suspenso até o ano de 2018. Em virtude da ação judicial intentada pelo município de Batatais, oportunidade em que o precatório voltou a ser exigido em face a exigibilidade, estão sendo realizados depósitos parciais em juízo por conta do valor do precatório, valor atualizado R\$ 573.876.



Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e de 2020
Em reais

9 Imobilizado

	01/01/2020	Adição	Baixa	Transferências	31/12/2020	Adição	Baixa	Transferência	31/12/2021
Custo corrigido									
Terrenos	1.401.327	-	-	-	1.401.327	-	-	-	1.401.327
Terrenos mantenedora - reavaliação	4.388.763	-	-	-	4.388.763	-	-	-	4.388.763
Edificações	4.853.343	-	-	869.298	5.722.641	-	-	398.077	6.120.718
Instalações	12.153	5.863	-	-	18.016	-	-	-	18.016
Máquinas e equipamentos	7.422.359	561.163	(237.390)	-	7.746.132	682.186	(1.200)	-	8.427.118
Móveis e utensílios	1.754.894	131.788	-	-	1.886.682	80.735	(34.701)	-	1.932.716
Equipamentos de informática	462.078	133.674	(27.600)	-	568.152	24.763	(23.388)	-	569.527
Veículos	165.215	25.000	-	-	190.215	-	-	-	190.215
Benfeitorias em imóveis de terceiros	18.429	9.939	-	(9.939)	18.429	-	-	-	18.429
Obras em andamento	464.211	1.002.021	-	(859.359)	606.873	394.886	-	(398.077)	603.682
	20.942.772	1.869.448	(264.990)	-	22.547.230	1.182.570	(59.289)	-	23.670.511
Depreciação acumulada									
Edificações	(2.323.319)	(139.085)	-	-	(2.462.404)	(166.171)	-	-	(2.628.575)
Instalações	(6.631)	(1.141)	-	-	(7.772)	(1.559)	199	-	(9.132)
Máquinas e equipamentos	(4.297.333)	(493.510)	168.763	-	(4.622.080)	(553.446)	1.200	-	(5.174.326)
Móveis e utensílios	(1.175.334)	(94.686)	-	-	(1.270.020)	(108.920)	4.228	-	(1.374.712)
Equipamentos de informática	(270.992)	(68.867)	10.580	-	(329.279)	(68.342)	23.389	-	(374.232)
Veículos	(156.049)	(4.817)	-	-	(160.866)	(9.400)	-	-	(170.266)
Benfeitorias em imóveis de terceiros	(18.429)	-	-	-	(18.429)	-	-	-	(18.429)
	(8.248.087)	(802.106)	179.343	-	(8.870.850)	(907.838)	29.016	-	(9.749.672)
	12.694.685	1.067.342	(85.647)	-	13.676.380	274.732	(30.273)	-	13.920.839

A Entidade realizou a análise da vida útil remanescente dos bens do ativo imobilizado e a definição dos valores residuais finais. Portanto, no exercício de 2021 e de 2020, o cálculo da depreciação já contempla essas análises (valor depreciável), bem como, a análise quanto à recuperabilidade dos bens do ativo imobilizado.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e de 2020
Em reais

10 Provisões técnicas de operações de assistência à saúde

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Provisão de contraprestação não ganha - coletivos	602.865	184.434
Provisão para eventos a liquidar para o SUS	71.937	78.296
Rede contratada credenciada	137.005	115.707
Provisão de eventos ocorridos e não avisados - Peona	425.694	415.383
	<u>1.237.501</u>	<u>793.820</u>

A forma de constituição e manutenção das provisões técnicas estão descritas na nota 4.9 .

A ANS, por meio da Resolução RN nº 160/2007 e posteriores alterações, passou a exigir das operadoras a partir daquelas datas, de Patrimônio Mínimo Ajustado, Margem de Solvência, Provisão para Remissão e Provisão de Eventos Ocorridos e não Avisados (PEONA), entre outras provisões a serem estabelecidas para garantia de obrigações contratuais. Os indicadores de regulação estão demonstrados na nota 2.1.

As mencionadas Provisões Técnicas estão garantidas por aplicações do segmento de renda detalhadas na nota 5, atendendo aos critérios estabelecidos pela RN da ANS, representadas por quotas de Fundo de Investimentos, dedicados ao Setor de Saúde Suplementar.

11 Débitos com operações de assistência à saúde não relacionada com o plano de saúde da operadora

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Prestadores de serviços	<u>2.269.546</u>	<u>2.280.790</u>





Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e de 2020
Em reais

12 Empréstimos e financiamentos

Modalidade	Encargos financeiros	Vencimento final	2021			2020		
			Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total
Capital de giro	Até 14,93% a.a.	abril/26	1.957.677	4.905.107	6.862.784	998.412	4.400.678	5.399.090
Conta garantida	1,61% a.m.	janeiro/22	3.897	-	3.897	379.132	-	379.132
Cartão de crédito	-	-	13.113	-	13.113	9.432	-	9.432
			1.974.687	4.905.107	6.879.794	1.386.976	4.400.678	5.787.654

As garantias são os faturamentos do SUS e Santa Casa e aval da Administração.

13 Débitos diversos

	2021			2020		
	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total
Salários	681.162	-	681.162	731.005	-	731.005
Provisão de férias e encargos sociais	1.134.860	-	1.134.860	1.199.699	-	1.199.699
Outras obrigações com pessoal	4.052	-	4.052	7.989	-	7.989
Fornecedores	802.945	-	802.945	1.056.530	-	1.056.530
Depósitos de beneficiários e de terceiros (i) / (ii)	1.901.988	3.934.522	5.836.510	1.561.785	3.713.502	5.275.287
Outros débitos a pagar	365.258	140.861	506.119	312.964	1.369.377	1.682.341
	4.890.266	4.075.383	8.965.649	4.869.972	5.082.879	9.952.851

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e de 2020
Em reais

- (i) O saldo está composto por valores remanescentes de auxílio municipal e convênios estaduais e federais, término da obra de oncologia, para custeio de aquisição de insumos hospitalares e investimento para aquisição de equipamentos, sendo R\$ 756.000 para custeio (convênios estaduais), cuja contrapartida foi registrada na rubrica outros títulos a receber conforme nota explicativa 8.
- (ii) A Entidade adota os critérios de contabilização e registro dos bens adquiridos através de Doações e Subvenções Governamentais, de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 07. Enquanto não atendidos os requisitos para reconhecimento da receita com subvenção na demonstração do resultado, a contrapartida da subvenção governamental registrada no ativo imobilizado é realizada em conta específica do passivo, pois a subvenção relacionada a ativo depreciable é reconhecida como receita ao longo do período da vida útil do bem e na mesma proporção de sua depreciação.

14 Provisão para ações judiciais

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Provisão para ações cíveis	<u>152.034</u>	<u>150.107</u>

As ações de natureza cível discutem, principalmente, pedidos judiciais de revisões contratuais e indenizações de clientes, para as quais os assessores jurídicos da Entidade consideram como provável os riscos de perdas nas demandas.

A administração da Entidade com base na opinião dos seus assessores jurídicos de que a perda é provável para determinar ações cíveis indenizatória, registrou conservadoramente a provisão para contingências.

Durante o curso normal de seus negócios, a Entidade fica exposta a certas contingências e riscos, relacionados com causas tributárias, trabalhistas e cíveis. A Administração, apoiada na opinião de seus assessores jurídicos e, quando aplicável, fundamentada em pareceres específicos emitidos por especialistas, avalia a expectativa do desfecho dos processos em andamento e determina a necessidade ou não de constituição de provisão para contingências.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e de 2020
Em reais

15 Passivos contingentes

A Entidade discute ações trabalhistas e cíveis indenizatórias, no montante de R\$ 945.506, cuja opinião dos consultores jurídicos quanto a probabilidade de perda para 31 de dezembro de 2021 é que o desfecho desses processos pelo andamento atual não é provável e nem possível. Tais ações, devido à natureza e histórico são passíveis de acordos de menor valor. Sobre essas demandas não foi constituída provisão.

16 Patrimônio líquido

a) Patrimônio social

Constituído pela dotação inicial de seus outorgantes e por doações recebidas de terceiros, somado ou subtraído pelos superávits ou déficits acumulados, conforme determina a legislação vigente.

b) Reservas patrimoniais

Representada pelas doações governamentais e particulares recebidas ao longo dos anos.

c) Reserva de reavaliação

Representada pelo valor da mais valia do ativo imobilizado de uso da Entidade.

d) Déficits acumulados

Representa o superávit e/ou déficit do exercício acrescido da realização da reserva de reavaliação que, após devida aprovação, é incorporado ao patrimônio social. Em 2021 e 2020, foram apurados déficits nos montantes de R\$ 1.065.327 e R\$ 2.554.591, respectivamente.

17 Outras receitas operacionais

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Convênios estaduais	1.081.348	700.242
Convênios federais	2.666.575	819.203
Convênios municipais	2.683.136	1.299.808
Doações e contribuições de pessoas físicas e jurídicas	1.961.841	869.683
Outras	522.836	1.629.708
	<u>8.915.736</u>	<u>5.318.644</u>



Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e de 2020
Em reais

18 Despesas administrativas

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Pessoal	(244.245)	(262.366)
Serviços de terceiros	(295.625)	(264.592)
Localização e funcionamento	(103.699)	(97.489)
Publicidade e propaganda	(18.000)	(18.000)
Tributos	(6.137)	(9.424)
Multas administrativas diversas	(15.420)	-
Diversas	(750)	-
	<u>(683.876)</u>	<u>(651.871)</u>

19 Resultado financeiro líquido

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Ingressos financeiros		
Rendimentos de aplicações financeiras	31.102	16.788
Receitas por recebimento em atraso	15.237	7.190
Descontos obtidos	19.103	55.367
Juros	212.129	139.694
Outras receitas	-	628
	<u>277.571</u>	<u>219.667</u>
Dispêndios financeiros		
Despesas bancárias	(744.223)	(699.057)
Descontos concedidos	(1.625)	(7.260)
Despesa financeira de ressarcimento ao SUS	(2.595)	(1.654)
Outras despesas	(13.030)	(9.978)
	<u>(761.473)</u>	<u>(717.949)</u>
	<u>(483.902)</u>	<u>(498.282)</u>



Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e de 2020
Em reais

20 Demonstrativo das contribuições previdenciárias isentas

a) Assalariados

Mês de competência	Base de cálculo	Empregador 20%	Outros 8,80%	2021 Total	2020 Total
Janeiro	930.552	186.110	72.583	258.693	231.222
Fevereiro	923.312	184.662	72.018	256.681	230.804
Março	934.543	186.909	72.894	259.803	230.498
Abril	876.221	175.244	68.345	243.590	235.426
Mai	865.905	173.181	67.541	240.721	251.747
Junho	883.212	176.642	68.891	245.533	254.916
Julho	893.910	178.782	69.725	248.507	268.584
Agosto	881.615	176.323	68.766	245.089	281.097
Setembro	892.438	178.488	69.610	248.098	275.925
Outubro	924.844	184.969	72.138	257.107	262.774
Novembro	891.464	178.293	69.534	247.827	252.001
Dezembro	877.664	175.533	68.458	243.991	260.278
13º Salário	790.705	158.141	61.675	219.816	221.000
TOTAL	11.566.385	2.313.277	902.178	3.215.456	3.256.272

21 Remuneração da Administração

A Entidade não distribui lucros, resultados, dividendos, bonificações, participações ou parcela de seu patrimônio social, sob nenhuma forma ou pretexto, nem mesmo em razão de desligamento, retirada ou falecimento de seus membros, e todos os excedentes financeiros serão revertidos para o cumprimento de suas finalidades. Sua Administração está a cargo de uma Diretoria eleita em Assembleia Geral pela Entidade. O mandato dos membros da Diretoria Executiva é de dois anos e expira com a eleição e posse dos membros que a sucederão. Os membros dos órgãos acima referidos não receberão direta ou indiretamente, salário, gratificações ou remuneração de qualquer espécie pelos serviços prestados.

22 Aspectos fiscais

Consideram-se isentas as instituições de caráter filantrópico, recreativo, cultural e científico e as associações civis que prestam os serviços para os quais foram instituídas e os coloquem à disposição do grupo de pessoas a que se destinam, sem fins lucrativos. Considera-se entidade sem fins lucrativos a que não apresente superávit nas suas contas ou caso o apresente em determinado exercício, destina-se integralmente à manutenção e ao desenvolvimento dos seus

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e de 2020
Em reais

objetivos sociais, desde que atenda as demais condições legais. A Entidade enquadra-se entre as pessoas jurídicas sem fins lucrativos, de natureza filantrópica, e possui isenção subjetiva quanto ao recolhimento do imposto de renda e da contribuição social sobre o superávit. Isso significa que o desvirtuamento dos objetivos e finalidades da Entidade, ou o não cumprimento das obrigações estabelecidas para as entidades sem fins lucrativos, conforme determina a legislação vigente, pode proporcionar a perda total ou parcial da isenção tributária da qual goza a Entidade.

A Administração desconhece qualquer problema de natureza legal ou fiscal que possa afetar a Entidade, que está no pleno desenvolvimento de seus objetivos sociais.

Os registros contábeis, fiscais e trabalhistas e das operações da Entidade estão sujeitos a exames das autoridades fiscais e, em decorrência, a eventuais notificações para recolhimentos adicionais de impostos, taxas e contribuições durante prazos prescricionais variáveis (em geral cinco anos), consoante a legislação aplicável a cada circunstância.

23 Certificado da Entidade Beneficente de Assistência Social na Área de Saúde
(CEBAS)

Conforme Portaria nº 806 de 10 de agosto de 2021 emitida pela Secretaria de Atenção Especializada à Saúde, ligada ao Ministério da Saúde, defere a renovação do CEBAS da Entidade, relativo ao Processo nº 25000.098132/2021-27, conforme Art. 1º Fica deferida a Renovação do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social (CEBAS), pela prestação anual de serviços ao SUS no percentual mínimo de 60% (sessenta por cento), da Santa Casa de Misericórdia e Asilo dos Pobres de Batatais, CNPJ nº 44.945.962/0001-99, com sede em Batatais (SP). A Renovação tem validade pelo período de 1º de janeiro de 2022 a 31 de dezembro de 2024.



Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e de 2020
Em reais

24 Instrumentos financeiros e Gerenciamento de Risco

24.1 Análise dos instrumentos financeiros

A Entidade participa de operações envolvendo ativos e passivos financeiros com o objetivo de gerir os recursos financeiros disponíveis gerados pelas operações. Os riscos associados a esses instrumentos são gerenciados por meio de estratégias conservadoras, visando à liquidez, à rentabilidade e à segurança. A avaliação de tais ativos e passivos financeiros em relação aos valores de mercado é feita por meio de informações disponíveis e metodologias de avaliação apropriadas. Entretanto, a interpretação dos dados de mercado e métodos de avaliação requerem considerável julgamento e estimativas para se calcular o valor de realização mais adequado. Como consequência, as estimativas apresentadas podem divergir se utilizadas hipóteses e metodologias diferentes.

O valor justo dos ativos e passivos financeiros é incluído no valor pelo qual o instrumento poderia ser trocado em uma transação corrente entre partes dispostas a negociar, e não em uma venda ou liquidação forçada. Os valores contábeis, tais como aplicações financeiras, contas a receber e a pagar e outros, referentes aos instrumentos financeiros constantes nos balanços patrimoniais, quando comparados com os seus valores que poderiam ser obtidos na sua negociação em um mercado ativo ou, na ausência destes, com o valor presente líquido ajustado com base na taxa vigente de juros no mercado, representam efetivamente o valor justo.

A Entidade não possuía contratos com operações financeiras relacionados a instrumentos financeiros derivativos nos exercícios de 2021 e de 2020.

24.2 Gerenciamento de Riscos

(i) Gestão de riscos financeiros

Fatores de risco financeiro

As atividades da Entidade a expõem a alguns riscos financeiros, quais são: de crédito e de liquidez. A gestão de risco financeiro busca minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro da Entidade.



Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e de 2020
Em reais

A gestão de risco é realizada pela diretoria executiva e financeira que identifica, avalia e protege a Entidade contra eventuais riscos financeiros. O Conselho de Administração estabelece princípios para a gestão de riscos financeiros bem como para áreas específicas como risco de crédito, uso de instrumentos financeiros e investimentos de excedentes de caixa.

Risco de crédito

Medida de incerteza relacionada à probabilidade da contraparte de uma operação, ou de um emissor de dívida, não honrar, total ou parcialmente, seus compromissos financeiros, ou de ter alterada sua classificação de risco de crédito.

O risco de crédito da Entidade decorre de contas a receber em aberto de clientes de plano de assistência à saúde. O departamento financeiro avalia a qualidade do crédito de seus clientes, levando em consideração sua posição financeira, experiência passada e outros fatores.

Exposição a riscos de crédito

O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito. A exposição máxima do risco do crédito na data das demonstrações financeiras é:

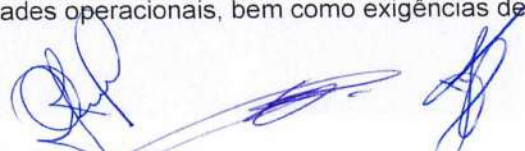
	Nota	2021	2020
Disponível		165.232	394.592
Aplicações financeiras	5	1.706.586	1.481.848
Créditos de operações com planos de assistência à saúde	6	439.671	16.344
Créditos de oper. de assist. à saúde não relac.com planos de saúde	7	3.052.041	3.044.415
Bens e títulos a receber	8	2.771.285	3.095.054
Outros créditos a receber de longo prazo	8	756.000	1.512.000
		8.890.815	9.544.253

Créditos a receber e outros recebíveis

A política de gerenciamento do risco de crédito sobre o contas a receber está em linha com a resolução normativa da ANS, que estabelece que deve ser constituída provisão para perda decorrente da existência de inadimplência. As operadoras de planos de assistência à saúde devem constituir a Provisão para Perdas Sobre Créditos – PPSC de acordo com os critérios estabelecidos nessa RN detalhado na nota explicativa 4.3.

Risco de liquidez

A previsão de fluxo de caixa é realizada pelo departamento financeiro. Esse departamento monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez da Entidade para assegurar que ela tenha caixa suficiente para atender as necessidades operacionais, bem como exigências de



Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e de 2020
Em reais

garantias determinadas pela ANS. Em 2021 e em 2020 a Entidade apresenta capital circulante líquido de R\$ 2.527.272 e de R\$ 1.471.013, respectivamente.

A Entidade, quando disponível, investe o excesso de caixa gerado em depósitos de curto prazo e títulos e valores mobiliários, escolhendo instrumentos com vencimentos apropriados ou liquidez e margem suficientes.

Disponível

Basicamente representado por valores em conta corrente. O excedente de caixa é imediatamente investido em aplicações de liquidez imediata.

Aplicações financeiras

A Entidade possui aplicações financeiras com classificação de risco baixa. A Administração classifica os investimentos de liquidez imediata e de baixo risco, exceto as aplicações garantidoras da ANS e os fundos imobiliários.

Para avaliação do risco de liquidez a Entidade se pauta das análises aplicadas para atendimento a Resolução Normativa da ANS relacionadas aos:

(ii) Gestão de capital

Os objetivos da Entidade ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade da Entidade para oferecer retorno aos cooperados e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo. Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, a Entidade possui, aproximadamente 6% do seu ativo total registrado como disponível e aplicações financeiras. A Entidade também investe seu capital de forma substancial no ativo imobilizado, aproximadamente 47% (45% em 2020), trazendo assim maior conforto e comodidade aos seus beneficiários e pacientes.

(iii) Risco de Subscrição

Medida de incerteza relacionada a uma situação econômica adversa que contraria as expectativas da operadora no momento da elaboração de sua política de subscrição quanto às incertezas existentes na estimação das provisões técnicas e relativas à precificação.



Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e de 2020
Em reais

(iv) Risco de Mercado

Medida de incerteza relacionada à exposição a perdas decorrentes da volatilidade dos preços de ativos, tais como cotações de ações, taxas de juros, taxas cambiais, preços de commodities e preços de imóveis.

(v) Risco Legal


Medida de incerteza relacionada aos retornos de uma operadora por falta de um completo embasamento legal de suas operações; é o risco de não-cumprimento de leis, regras, regulamentações, acordos, práticas vigentes ou padrões éticos aplicáveis, considerando, inclusive, o risco de que a natureza do produto/serviço prestado possa tornar a operadora particularmente vulnerável a litígios.

(vi) Risco Operacional


Medida de incerteza que compreende os demais riscos enfrentados pela operadora relacionados aos procedimentos internos, tais como risco de perda resultante de inadequações ou falhas em processos internos, pessoas e sistemas.

25 Cobertura de seguro

A Administração da Entidade adota a política de contratar seguros de diversas modalidades, cujas coberturas são consideradas suficientes pela Administração e agentes seguradores para fazer face à ocorrência de sinistros. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo da auditoria das demonstrações financeiras, conseqüentemente, não foram examinadas pelos nossos auditores independentes.



Dalvânia Borges da Costa
Provedora



José Henrique Zanetti
1º Tesoureiro



Josilene D. Fernandes
Contadora - CRC1SP230904/O-9

PARECER E APROVAÇÃO DO CONSELHO FISCAL

O CONSELHO FISCAL DA SANTA CASA DE MISERICÓRDIA E ASILO DOS POBRES DE BATATAIS, CNPJ nº. 44.945.962/0001-99, no uso de suas atribuições legais e estatutárias, após haver procedido ao exame das Demonstrações Contábeis da Entidade, relativas aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020, concluiu, com base neste exame e à luz do Parecer dos Auditores Independentes, **INOVAUD AUDITORES INDEPENDENTES, CRC 2SP033908/O-3**, emitido em 11/03/2022, que as referidas demonstrações, refletem adequadamente as situações financeiras e patrimoniais da Entidade e, por seus membros abaixo-assinados, **APROVAM** os presentes:

BALANÇOS PATRIMONIAIS, DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS (Receitas e Despesas), DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO, DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA – DFC (Método Indireto), e respectivas NOTAS EXPLICATIVAS, encerrados em 31 de dezembro de 2021 e 2020.

Batatais/SP, 18 de março de 2022.


FREDERICO AUGUSTO DE OLIVEIRA CASTRO
Conselheiro Fiscal


JOSÉ CARLOS RODRIGUES
Conselheiro Fiscal


JURACI FONSECA DO NASCIMENTO
Conselheiro Fiscal



Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

À Provedoria, Mesa Administrativa e Conselho Fiscal da
Santa Casa de Misericórdia e Asilo dos Pobres de Batatais
Batatais SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da *Santa Casa de Misericórdia e Asilo do Pobres de Batatais (Entidade)*, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da *Santa Casa de Misericórdia e Asilo do Pobres de Batatais (Entidade)* em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.



Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS) e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela administração da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- (i) identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- (ii) obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade.

(iii) avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

(iv) concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional.

(v) avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Ribeirão Preto SP, 11 de março de 2022.



Inoveaud Auditores Independentes

CRC 2SP033908/O-3

Júlio César de Souza Nunes

Contador CRC 1SP186234/O-2